

Para Ponte, crise causa indefinição

"Cada um aponta como virtudes o que o outro aponta como defeitos". Assim o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) condena os argumentos dos defensores do parlamentarismo, lembrando que se o Brasil hoje não estivesse passando por uma crise econômico-financeira, com o povo descontente com a fraqueza do Presidente por sua vez apoiado numa frágil base de sustentação, não haveria a pregação pelo parlamentarismo.

Para o deputado gaúcho, os que defendem a implantação desse sistema de governo usam como argumento a tese do argumento forte. "Eles se esquecem — completa — que os Estados Unidos têm o parlamento mais forte do mundo, num regime presidencialista. O parlamentarismo só pode dar certo num país onde o Congresso seja muito bem estruturado, com partidos fortes e uma tecnocracia estável, como na Itália, por exemplo, onde a mudança de gabinete implica, apenas, na mudança de umas 17 pessoas e a máquina administrativa não pára".

O Congresso brasileiro, na opinião do deputado, tem sido formado, nos últimos anos, por pessoas muito bem intencionadas, mas, na sua maioria, sem grande preparo para a função de legislar. A nata do pensamento, lembra o deputado, ficou fora da política, por problemas que a Nação conhece bem.

O que nós temos que fazer hoje — afirma Luis Roberto Ponte — é aumentar o poder do Congresso, fortalecê-lo e torná-lo realmente fiscalizador do Executivo. Ao mesmo tempo, tem-se que reduzir os poderes do Presidente, tirar sua função de legislar por decreto, e deixá-lo, assim, menos vulnerável às pressões.

O deputado afirma que, "num presidencialismo com eleição direta — o regime que considera ideal, no momento em que vive o Brasil, num país das dimensões do nosso e com sistema federativo —, o presidente da República, eleito por 40 milhões de votos não tem porque se submeter a grupos partidários, a pressões, ao loteamento de cargos que acaba levando à corrupção". Um presidente forte, na sua opinião, pode contrariar interesses de grupos pelo bem geral da Nação.

Fundo de pensão busca nova vitória

Quando o plenário da Assembleia Nacional Constituinte iniciar a votação das emendas populares patrocinadas pelos diferentes segmentos da sociedade, um grupo de 93 parlamentares de todos os partidos vai apresentar-se em defesa dos fundos de pensão. As entidades fechadas de previdência privada já conseguiram sua primeira vitória, que diz respeito à restrição do seu funcionamento. Agora, pretendem algo maior: isenção da taxa do imposto de renda sobre suas aplicações. Este ano, as 180 entidades que atuam nesse setor estarão recolhendo cerca de Cz\$ 15 bilhões ao "leão".

GIVALDO BARBOSA



O plenário poderá ter facilitadas emendas aos temas "explosivos"

Emenda tenta tornar "remendo" mais fácil

Algumas das questões "explosivas" — reforma agrária, questão nuclear — presentes no substitutivo de Cabral, se vierem a fazer parte do texto da nova Constituição, poderão ser alteradas pela maioria simples da Câmara e do Senado. Esta é a proposta de uma das 31 emendas de plenário apresentadas pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, no último dia do prazo para entrega das emendas. A questão do papel das Forças Armadas não foi incluída por Fernando Henrique entre os dispositivos que teriam o quorum mínimo para mudança alterada, a despeito das polêmicas que vêm despertando.

O senador propõe que seja criado um novo título na Constituição — Das Disposições Complementares — que reuniria todos os dispositivos passíveis de alteração por maioria simples. O quorum para a modificação de qualquer outro dispositivo constitucional, de acordo com a emenda de Fernando Henrique, continuaria sendo de dois terços.

REFORMA AGRÁRIA

Entre as Disposições Complementares o senador incluiu o parágrafo 34 do artigo 6º, que já causou veementes protestos dos interessados na agilização da reforma agrária. Este parágrafo assegura ao proprietário de imóvel rural o direito de obter do poder público declaração, renova-



Fernando Henrique

vável periodicamente, de que seu imóvel cumpre "função social".

Uma das críticas feitas a este dispositivo é que a abrangência do termo "poder público" vai permitir que qualquer proprietário rural, mesmo os donos de latifúndios improdutivos, consiga com facilidade a declaração de que o seu imóvel cumpre "função social". Depois disto, bastaria a garantia de que nenhum imóvel com "função social" fosse desapropriado para que a reforma agrária se inviabilizasse.

Com a emenda de Fernando Henrique, será mais fácil para os contrários a este dispositivo derrubá-lo futuramente, caso não consigam fazer isto até a aprovação do texto final da Constituição. Assim como ficará facilitada a altera-

ção do item XXII do artigo 30, que regula a exploração nuclear em termos considerados, pelo cientista José Goldemberg, mais avançados que os propostos pela emenda popular patrocinada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

REDUNDANCIA

Se esta emenda promete causar ainda muita polêmica, o mesmo não acontecerá com a maioria das 31 emendas apresentadas por Fernando Henrique no último dia de prazo. Isto porque, destas, 22 são de adequação ou compatibilização que não alteram o mérito, visam apenas corrigir pequenas falhas do texto.

E o caso da emenda supressiva em que Fernando Henrique propõe a retirada do termo "verdadeiras" do parágrafo 41 do artigo 6º. Este dispositivo garante a todos o direito de receber informações "verdadeiras" de órgãos públicos ou órgãos privados com função social.

Na justificativa da emenda, o senador lembra que já é presumível, de acordo com a própria Constituição, que todas as informações dadas por órgãos públicos são verdadeiras. Uma "falha redacional" que certamente foi inspirada na experiência prática de quem um dia precisou obter informações de algum órgão público, e descobriu que elas nem sempre são tão exatas quanto aconselha a carta.

Substitutivo é razoável, julga o PCB

Recife — O líder do Assembleia Constituinte, deputado Roberto Freire (PE) considerou ontem como "razoavelmente democrático o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/BA), o qual, segundo ele, "apresenta mais avanços e conquistas do que retrocessos".

Freire, que esteve em Recife participando de uma reunião do PCB estadual, na qual foram discutidas as eleições municipais do próximo ano e feita uma avaliação do governo Miguel Arraes, apontou como um dos avanços contidos no substitutivo, o capítulo sobre a ordem econômica:

— Foi bem definido o conceito de empresa nacional, bem como a área de sua atuação, particularmente na questão dos recursos minerais. Ou eles serão explorados por monopólio estadual, ou através de concessões a empresas nacionais, conforme está no texto — disse.

Roberto Freire citou, entre as emendas de consenso apresentadas, a que trata do papel das Forças Armadas. Emenda que, segundo ele, mantém o que está no projeto Afonso Arinos, determinando que as Forças Armadas devam cuidar da ordem interna, submetidas aos poderes da República.

O vice-presidente nacional do PCB destacou os entendimentos entre os partidos da esquerda nesta fase de elaboração da Constituição. Disse que o grupo composto por representantes do PCB, PT, PC do B, PDT e também pelo Movimento de Unidade Progressista (MUP), que reúne setores do PMDB apresentou mais de uma centena de emendas ao substitutivo, mas sem abordar questões polêmicas, como a referente aos sistemas de governo do País.

Deputados querem País sem bomba

O substitutivo do relator Bernardo Cabral só admite a atividade nuclear em território nacional para fins pacíficos, "mediante aprovação do Congresso Nacional".

Esse item faz parte do inciso 22, do artigo que incumbe à União de "explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer o monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados".

O deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), principal contestador da utilização da energia atômica, acredita que as restrições aumentarão nas avaliações finais da proposta. Ele e o deputado Sarney Filho (PFL-MA) apresentaram uma emenda proibindo a importação, fabricação e transporte de artefatos bélicos. Com essa, chegam a seis as propostas restringindo os meios e os modos de utilização da energia atômica.

Para Feldmann, as declarações do presidente Sarney sobre o domínio da energia atômica soaram como uma confissão: "A de que, apesar dos desmentidos, o Brasil tem trabalhado arduamente em busca da bomba atômica".

Golbery, com câncer, permanece internado



Golbery

São Paulo — O general Golbery do Couto e Silva deverá permanecer internado no hospital Sirio e Libanês por tempo indeterminado por causa de um câncer em um de seus pulmões, segundo informaram fontes do próprio hospital. Seu médico, Emilio Mattar, não quis comentar o assunto, mas disse que só foi possível iniciar o tratamento de radioterapia depois de sua internação, já que seria necessário o general receber uma alimentação adequada.

Golbery chegou a pensar em se tratar em outro país, mas a hipótese foi descartada pelos próprios

médicos estrangeiros — várias instituições foram consultadas —, que concordaram ser o tratamento de radioterapia realizado aqui no Brasil o mais indicado para o seu caso, tornando desnecessária a sua locomoção.

— A parte digestiva do general Golbery está curada e graças a isso podemos agora lhe dar uma alimentação mais adequada para o tratamento radioterápico — explicou Mattar.

Segundo ele, Golbery deveria ter começado esse tratamento há mais tempo, o que não foi possível por causa da cirurgia digestiva.

Região pobre quer maior fatia do bolo

A equalização dos investimentos públicos, com a distribuição proporcional dos recursos de acordo com a população de cada região do País, foi proposta pelas bancadas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, em emenda apresentada ao substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte.

Os investimentos do Governo, de acordo com o deputado Aécio de Borba (PDS/CE), ficam centralizados nas regiões Sul e Sudeste, numa proporção de 85 por cento, enquanto as demais recebem apenas 15 por cento. A emenda propõe que num prazo de 10 anos este percentual seja elevado para 35 por cento, já que a população ultrapassa os 46 milhões de pessoas. A distribuição seria: Nordeste 30 por cento, Norte 2 por cento e Centro-Oeste 3 por cento, segundo Borba.

As bancadas que somam 43 votos na Sistematização apresentaram 13 emendas à Constituinte, e segundo o deputado Alberico Cordeiro (PFL/AL), contam com o apoio dos 292 parlamentares das três regiões. Eles propõem o fim do artigo que concede aos Estados e ao Distrito Federal o direito da cobrança de uma adicional de 5 por cento sobre a renda e proventos de qualquer natureza do imposto devido à União.